



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
ESCOLA JUDICIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ

# TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DAS DOCENTES: DAIANE LIMA DOS SANTOS E NATASHA DE VASCONCELOS SOARES PARA MINISTRAR O CURSO ASSÉDIO MORAL, SEXUAL E DISCRIMINAÇÃO NO PODER JUDICIÁRIO: ASPECTOS TEÓRICOS, NORMATIVOS E PRÁTICOS NA PERSPECTIVA DE GÊNERO.

Belém – PA  
Abril/2023



Assinado com senha por MICHELLE RIBEIRO CORREA e NATALINA DE NAZARE MELO.  
Use 3606677.23779425-931 - para a consulta à autenticidade em  
<https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3606677.23779425-931>  
Documento gerado por RICARDO DA SILVA LACERDA \*Data e hora: 03/05/2023 19:47



TJPA PRO 2023 01367 V01





## PROCESSO ADMINISTRATIVO TJPA-PRO- 2023/01367

### 1. DO OBJETO

Contratação direta de docentes com notável conhecimento no tema, Daiane Lima dos Santos e Natasha de Vasconcelos Soares para ministrar o curso “Assédio moral, sexual e discriminação no Poder Judiciário: aspectos teóricos, normativos e práticos na perspectiva de gênero, na modalidade presencial, a ser realizado no Fórum Cível da Comarca de Marabá, voltado aos Magistrados (as), Servidores (as) preferencialmente ocupantes de cargos em comissão ou funções de confiança do TJPA.

### DA FUNDAMENTAÇÃO

#### 1.1. Justificativa da contratação

A prevenção e adequado enfrentamento ao assédio moral, ao assédio sexual e a discriminação no ambiente laboral constitui preocupação cada vez mais relevante no contexto global e nacional, com a ampliação do debate sobre os mecanismos existentes para promoção de um ambiente de trabalho mais saudável e o respeito aos direitos humanos e as diferenças.

No âmbito do Poder Judiciário o tema ganhou especial relevo desde a edição, em 28 de outubro de 2020, da Resolução nº 351 pelo Conselho Nacional de Justiça, que instituiu a Política específica com a finalidade de viabilizar o adequado tratamento e enfrentamento desses temas no ambiente interno de trabalho, sendo que sua implementação e aplicação é de caráter mandatório.

Diversas regras, inclusive diversas convenções internacionais, já incorporadas ao ordenamento jurídico pátrio com *status* de norma constitucional, já estabeleciam a necessidade de que se garanta, a todas as pessoas, uma convivência livre de violência e de qualquer forma de discriminação.

A política judiciária especificamente instituída pelo CNJ vem ao encontro da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Convenção Internacional Sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial com o intuito de promover um ambiente de trabalho digno,





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
ESCOLA JUDICIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ

saudável, seguro e sustentável, trouxe, de forma sistematizada, diversos conceitos, princípios, diretrizes, procedimentos e determinações destinadas à implementação de mecanismos de gestão e organização do trabalho voltados ao fomento de um ambiente de trabalho participativo, integrado, e de cooperação horizontal e vertical.

Tal é a importância de uma política específica voltada ao ambiente laboral do Poder Judiciário, impondo procedimentos e diretrizes concretizadoras do respeito à igualdade, diversidade e não-discriminação, através de diversos mecanismos, tais como a promoção da comunicação horizontal, fomento ao diálogo e ao desenvolvimento de uma cultura cooperativa interna pelos órgãos do Poder Judiciário.

Contudo, de acordo com a pesquisa realizada no período de 22 de novembro a 17 de dezembro do ano de 2021 e divulgada em 24 de agosto de 2022 pelo Conselho Nacional de Justiça o índice de conhecimento da Resolução CNJ 351/2020 encontra-se muito baixo entre servidores/as e magistrados/as (56,5% e 64,6%, respectivamente), e, na mesma pesquisa foi indicado pelos respondentes que cerca de 59,3% apontaram que já sofreram assédio e/ou discriminação (<https://www.cnj.jus.br/pesquisa-nacional-assedio-e-discriminacao-no-ambito-do-poder-judiciario/>).

O Tribunal de Justiça do Estado do Pará instituiu suas Comissões de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação ainda no ano de 2021 (Portaria nº 2611/2021-GP, de 03 de agosto de 2021), iniciou atividades de estruturação, capacitação e sensibilização sobre assédio e discriminação, bem como possui canal de escuta e acolhimento em funcionamento.

Assim, a presente proposta de curso foi elaborada visando atender a demanda necessária de difusão do tema, notadamente, da Resolução CNJ nº 351/2020, dando cumprimento ao dever de difusão da Política Nacional de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, assim como em conformidade com a diretriz de implementação, na Escola Judicial, do tema da prevenção e enfrentamento do assédio moral, mediante programa de aperfeiçoamento específico, relacionando-o com os processos de promoção à saúde no trabalho (art. 4º IV da Res. 351/2020).





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
ESCOLA JUDICIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ

## **Forma e o critério de seleção do fornecedor com a indicação da modalidade, o tipo de licitação e a forma de adjudicação**

O serviço que constitui o objeto deste Termo de Referência enquadra-se na modalidade de contratação direta por inexigibilidade de licitação, uma vez que o curso possui natureza singular, sendo prestada por profissional especializado, enquadrando-se no inciso II do art. 25 da Lei 9.666/93, devendo ser adjudicado aos Docentes selecionados por valor global, considerando a indivisibilidade do serviço de natureza de ação educacional.

Além disso, para a matéria relacionada à atividade não se dispõe de profissional interno habilitado para ministrar a referida formação. Assim, o fornecedor foi selecionado observando os seguintes requisitos, nos termos da Súmula nº 252 do Tribunal de Contas da União:

### **✓ Serviço técnico especializado;**

No que diz respeito ao serviço técnico especializado, tema que interessa a presente contratação, a Lei de Licitações rege o assunto no inciso II do artigo 25, combinado com o artigo 13 do mesmo Estatuto. Exprime referido artigo 25, *in verbis*:

“É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...)

II - Para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

De outra ordem, diz citado artigo 13:

“Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

(...)

VI - Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

Assim, observa-se que o objeto do presente termo pode ser visto como inexigível, uma vez que o serviço a ser contratado encontra-se dentro do rol do artigo 13 da Lei de Licitações.





✓ **Natureza singular do serviço;**

O serviço é singular quando seu resultado não é previsível ou é incerto; quando o contratante, apesar de apontar as características do que pretende contratar, não tem como saber exatamente qual será o produto receberá com a conclusão da execução; é o serviço cujo resultado pode variar de executor para executor, ou seja, cada executor entrega coisa diferente do outro.

Nos serviços de formação, a execução se materializa com as aulas. É por meio desta ação que o docente, realiza o objeto. No caso do serviço de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, o resultado é o nível de aprendizagem a ser obtido pelos alunos, o qual não é possível prever.

Logo, a conclusão inexorável é que o resultado da execução dos serviços prestados pelos Professores é imprevisível, o que o caracteriza como de natureza singular. Não é possível sequer imaginar qual será o nível de aprendizado obtido ao final de uma ação de capacitação.

Nesse diapasão, vale transcrever excerto do Acórdão 439/1998-Plenário, que será melhor abordado mais adiante, citando lição de Ivan Barbosa Rigolin, em artigo publicado ainda sob a vigência do Decreto-Lei 2.300/86:

“O mestre Ivan Barbosa Rigolin, ao discorrer sobre o enquadramento legal de natureza singular empregado pela legislação ao treinamento e aperfeiçoamento de pessoal (...) defendia que: ‘A metodologia empregada, o sistema pedagógico, o material e os recursos didáticos, os diferentes instrutores, o enfoque das matérias, a preocupação ideológica, assim como todas as demais questões fundamentais, relacionadas com a prestação final do serviço e com os seus resultados - que são o que afinal importa obter -, nada disso pode ser predeterminado ou adrede escolhido pela Administração contratante. Aí reside a marca inconfundível do autor dos serviços de natureza singular, que não executa projeto prévio e conhecido de todos mas desenvolve técnica apenas sua, que pode inclusive variar a cada novo trabalho, aperfeiçoando-se continuamente.’ (Treinamento de Pessoal - Natureza da Contratação in Boletim de Direito Administrativo - Março de 1993, págs. 176/79).





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
ESCOLA JUDICIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ

✓ **Notória especialização dos docentes que irão ministrar o curso.**

Segundo o magistério de HELY LOPES MEIRELLES:

“Serviços técnicos profissionais especializados, no consenso doutrinário, são os prestados por quem, além de habilitação técnica e profissional - exigida para os serviços técnicos profissionais em geral -, aprofundou-se nos estudos, no exercício da profissão, na pesquisa científica, ou através de cursos de pós-graduação ou de estágios de aperfeiçoamento”.

A docente Daiane Lima dos Santos é Defensora Pública do Estado do Pará (DPE/PA), titular do Núcleo de Prevenção e Enfrentamento à Violência de Gênero (NUGEN). Doutora em Direito (2022/Universidade de Alicante na Espanha). Mestra em Planejamento do Desenvolvimento Sustentável (2013/NAEA/UFPA).

A docente Natasha de Vasconcelos Soares é Advogada, pós-graduada em Direito Público, pós-graduanda em Direitos das Mulheres, integrante da Comissão Nacional da Mulher Advogada CFOAB, Conselheira Seccional da OAB/PA, Integrante da Rede feminista de juristas - DeFemde; do Coletivo Advogadas do Brasil; e da Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual no âmbito do TJPA. Fundadora e consultora do Política Para Mulheres (@politicaparamulheres).

**1.1.1. Dos critérios técnicos de habilitação**

Será requerido da contratada, para fins de habilitação, os seguintes documentos:

- 1- Declaração da Instituição empregadora ou contracheque, comprovando desconto do INSS, apenas na hipótese de já haver contribuição para o INSS, no regime geral, e para o fim de não ocorrer desconto no setor financeiro do TJE/PA;
- 2- Cópia do comprovante de titulação ou equivalente;
- 3- Cópia do RG, CPF e PIS;
- 4- Curriculum lattes.
- 5 – Certidão regularidade fiscal junto à Receita Federal;





## 1.2. Do impacto ambiental

A presente contratação está atenta às diretrizes de sustentabilidade socioambientais do Conselho Nacional de Justiça (Recomendação nº 11/2007) e do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (Agenda Socioambiental), não havendo necessidade de providências para a solução a ser contratada.

## 2. DA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

### 2.1.1. Objetivo geral:

O curso tem como objetivo difundir e aplicar no ambiente de trabalho das unidades judiciais do Estado do Pará práticas de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação previstas nas Convenções internacionais ratificadas pelo Brasil e na Resolução CNJ nº 351/2020.

### 2.1.2. Conteúdo Programático:

Assédio Moral, sexual e discriminação no Poder Judiciário: conceito, tipos, caracterização, interseccionalidade e transversalidades. Grupos vulnerabilizados. Princípios, diretrizes e formas de prevenção e enfrentamento preconizadas pelas: Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, Convenção Internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência e Convenção Internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial. Principais aspectos da Resolução CNJ 351/2020. O ambiente organizacional das unidades judiciárias e os papéis de seus atores. Constituição, funcionamento e atribuições das Comissões de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e Sexual no âmbito dos Tribunais, dos canais de escuta e acolhimento e medidas de mitigação dos danos psicológicos. Aspectos importantes do processo administrativo disciplinar: protocolo para julgamento com perspectiva de gênero e específicos nos casos de assédio moral, sexual e discriminação. Estudos de caso de assédio moral, sexual e discriminação.





## 2.2 Do regime de execução do contrato no caso de serviço, ou forma de fornecimento

Não se aplica (Art. 19, Inciso III, alínea a, da Portaria 1227/2022 GP).

## 2.3 Das obrigações contratuais

### 2.3.1 A Contratada obriga-se a:

- a) Prestar o serviço contratado no período e local indicados pelo Contratante, com estrita observância das especificações deste Termo de Referência e seu anexo;
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço prestado, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);
- c) O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério do Contratante, reparar, corrigir e refazer às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, o serviço com objeções, ou que não atenda às especificações exigidas;
- d) Atender prontamente a quaisquer exigências do Contratante, inerentes ao objeto da presente contratação;
- e) Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data do evento, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- f) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- g) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;
- h) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- i) Fornecer o material didático do curso em meio digital;





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
ESCOLA JUDICIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ

- j) Emitir a certificação de participação no curso aos servidores no prazo de até 5 (cinco) dias úteis para emissão dos certificados.

### 2.3.2 O Contratante obriga-se a:

- a) Receber o serviço, disponibilizando os servidores a participarem do curso no local indicado, na data e hora acordados para realização do evento acadêmico;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do serviço prestado com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta apresentada, para fins de aceitação e recebimento;
- c) Após a aceitação do serviço, atestar a Nota Fiscal no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a emissão e encaminhamento dos certificados pela Contratada;
- d) Efetuar o pagamento após ateste da Nota Fiscal, na forma e prazo estabelecidos.

## 2.4 Da dinâmica de execução

### 2.4.1- Etapas:

1. Carga horária: 20h.
2. Tipo/Modalidade: Aula presencial.
3. Período de execução: 22 a 26 de maio de 2023.
4. Número de vagas: turma formada até 40 participantes (magistrados, magistradas, servidores e servidoras).
5. Local: Fórum Cível da Comarca de Marabá.
6. Público-alvo: magistrados, magistradas, servidores e servidoras.
7. Metodologia de ensino: Seminário e estudo de caso.
8. Material didático: aulas expositivas e dialogadas.
9. Certificação: a Contratante emitirá os certificados aos participantes do curso no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de encerramento da ação educacional.





## **2.5 Dos instrumentos formais de solicitação de fornecimento dos bens e/ou de prestação de serviços e das demais formas de comunicação**

A solicitação de prestação de serviço será efetivamente realizada com o envio de nota de empenho ao contratado, através de e-mail funcional, respeitando as boas práticas de sustentabilidade ambiental praticadas pelo TJPA, como, por exemplo, privilegiando a utilização de meios de comunicação virtuais, evitando, sempre que possível, a impressão de documentos.

### **2.6 Do prazo de vigência**

Não se aplica (Art. 19, Inciso III, alínea e, da Portaria 1227/2022-GP).

### **2.7 Demais prazos**

2.7.1 Prazo de entrega dos bens / execução dos serviços. O prazo de execução do serviço ocorrerá no dia 09, 10 e 11 de março de 2023.

2.7.2 Prazo de garantia dos bens / serviços. Não se aplica (Art. 19, Inciso III, alínea e, da Portaria 1227/2022-GP).

### **2.8 Garantia contratual**

2.8.1 Não se aplica (Art. 19, Inciso III, alínea e, da Portaria 1227/2022-GP).

### **2.9 Indicadores de níveis de serviço**

2.9.1 Não se aplica (Art. 19, Inciso III, alínea e, da Portaria 1227/2022-GP).

### **2.10 Do recebimento**

2.10.1 Do recebimento provisório

2.9.2 Não se aplica (Art. 19, Inciso III, alínea e, da Portaria 1227/2022-GP).

2.10.2 Do recebimento definitivo

O serviço será considerado aceito se for executado de acordo com as especificações definidas no item 2.4 deste Termo de Referência, e após a emissão do certificado pela Contratante.

O recebimento definitivo se dará mediante declaração (atesto) em nota fiscal, pelo responsável da unidade demandante, de que os serviços foram executados de acordo com as especificações contidas neste Termo e na proposta enviada pela Contratada.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
ESCOLA JUDICIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ

### 2.11. Da forma de pagamento

O pagamento será realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a comprovação da execução do objeto contratado.

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da Contratada. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada caso exista pendência em relação a regularidade fiscal (Fazendas Federal, Estadual, Municipal, Seguridade Social e FGTS) e trabalhista.

O Contratante, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à Contratada, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela Contratada, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência

### 2.12 Classificação orçamentária com a indicação da fonte de recurso do orçamento do órgão e a indicação da nota de reserva

Esta contratação utilizará a seguinte dotação orçamentária:

- Orçamento do Tribunal de Justiça do Estado do Pará;
- Funcional programática: 02.128.1417.8164;
- Fonte: 0118;
- Elemento de despesa: 339036;
- Item: 2449;
- EJ4A23

### 2.13 Da transferência de conhecimento

Não se aplica (Art. 19, inciso III, alínea L da Portaria 1227/2022-GP).

### 2.14 Dos direitos de propriedade intelectual e autoral

Não se aplica (Art. 19, inciso III, alínea L da Portaria 1227/2022-GP).

### 2.15 Da qualificação técnica do profissional

As docentes DAIANE LIMA DOS SANTOS E NATASHA DE VASCONCELOS SOARES deverão encaminhar o currículo, demonstrando a notória formação e experiência profissional na matéria em relação ao objeto da presente contratação.





## 2.16 Dos papéis a serem desempenhados

PAPEL	ENTIDADE	RESPONSABILIDADE
Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato	TJPA	Equipe composta pelo gestor do contrato, responsável por gerir a execução contratual, e pelos fiscais demandante, técnico e administrativo, responsáveis por fiscalizar a execução contratual.
Fiscal Demandante do Contrato	TJPA	Servidor representante da área demandante da contratação, indicado pela referida autoridade competente, responsável por fiscalizar o contrato quanto aos aspectos funcionais do objeto, inclusive em relação à aplicação de sanções.
Fiscal Técnico do Contrato	TJPA	Servidor representante da área técnica, indicado pela respectiva autoridade competente, responsável por fiscalizar o contrato quanto aos aspectos técnicos do objeto, inclusive em relação à aplicação de sanções.
Gestor do Contrato	TJPA	Servidor com atribuições gerenciais, técnicas ou operacionais relacionadas ao processo de gestão do contrato, indicado por autoridade competente do órgão.
Docente	Contratado	Profissional contratado responsável por ministrar as aulas do curso.

A seguir, segue relação dos servidores designados para integrar a:

<b>Equipe de Planejamento e Apoio da Contratação</b>
<p><b>Integrante Demandante</b>                      Nome: Natalina de Nazaré Melo                      Matrícula: 174726                      Telefone: (91) 3110-6810                      E-mail: natalina.melo@tjpa.jus.br</p>





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
ESCOLA JUDICIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ

**Integrante Técnico**

Nome: Michelle Ribeiro Corrêa

Matrícula: 87173

Telefone: (91) 3110-6812

E-mail: michelle.correa@tjpa.jus.br

**Integrante Administrativo**

Nome:

Matrícula:

Telefone:

E-mail:

**Equipe de gestão e fiscalização da contratação**

Gestor do Contrato

Nome: Natalina de Nazaré Melo

Matrícula: 174726

Telefone: (91) 3110-6810

E-mail: natalina.melo@tjpa.jus.br

Fiscal Demandante

**Integrante Técnico**

Nome: Michelle Ribeiro Corrêa

Matrícula: 174726

Telefone: (91) 3110-6812

E-mail: michelle.correa@tjpa.jus.br

**Integrante Técnico**

Nome: Michelle Ribeiro Corrêa

Matrícula: 174726

Telefone: (91) 3110-6812

E-mail: michelle.correa@tjpa.jus.br

**2.17 Das sanções**

Pelo atraso injustificado, pela inexecução total ou parcial ou pela execução do objeto em desacordo com as especificações descritas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas as sanções previstas nos art. 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
ESCOLA JUDICIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ

- No caso da contratada deixar de executar total ou parcialmente o objeto da contratação, ficará sujeita à aplicação das penalidades abaixo descritas, respeitado seu direito ao contraditório e à ampla defesa:

- Advertência pelo não cumprimento de obrigações assumidas, desde que não interfira na execução dos serviços ou na sua conclusão e não traga prejuízos econômicos e funcionais a este Órgão;

- Multa Indenizatória de:

a) 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor global do contrato a cada reincidência do motivo determinante da aplicação da penalidade de advertência;

b) 30% (trinta por cento) sobre o valor global do contrato na hipótese de inexecução total do objeto;

- As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra;

- O valor da multa será descontado do pagamento do objeto contratado. Caso o valor da multa seja superior ao pagamento referido, ou caso ele porventura ainda não tenha sido feito, a diferença será cobrada administrativamente pela Contratante, ou ainda judicialmente.

### 3 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

A execução dos trabalhos previstos neste ato não implica em qualquer relação de emprego ou vínculo trabalhista.

Caberá a Secretaria de Planejamento, em atendimento a legislação vigente, reter o Imposto de Renda na fonte sob a remuneração paga aos professores e/ou palestrantes, bem como, os demais encargos tributários.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
ESCOLA JUDICIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ

Belém, 11 de abril de 2023.

**NATALINA DE NAZARÉ MELO**  
Matrícula 174726  
Integrante Demandante

**MICHELLE RIBEIRO CORRÊA**  
Matrícula: 87173  
Integrante Técnico



TJPAPRO202301367V01

